

A ENTREVISTA COMPREENSIVA COMO INSTRUMENTO NA LUTA ANTICAPACITISTA

Rose Clér Estivaleta Beche ¹

RESUMO

Este trabalho é o registro da metodologia utilizada no terceiro estudo da tese de doutoramento intitulada “Mulheres Defiças: histórias de enfrentamento ao capacitismo no Ensino Superior”. Objetivamos conhecer as interlocutoras que formam as redes de cuidado presentes no cotidiano de mulheres com deficiência no ensino superior. A base teórica versa no Modelo Social da Deficiência, 2ª geração, e, por coerência, utilizamos os Estudos Emancipatórios da Deficiência aliado ao PersquisarCOM. Nesta proposição o maior desafio é eleger metodologias que valorizam e celebram a presença das pessoas com deficiência, especificamente, neste estudo as mulheres com deficiência. Para tanto, a Entrevista Compreensiva foi eleita e, esta união, através da escuta sensível, oportunizou encontros fluídos e ricos em informações e detalhes. Contamos com um grupo de mulheres com deficiência que apoiaram todo o processo de investigação assegurando a coerência com os princípios do FazerCOM. A proposição de realizar entrevistas oportuniza uma aproximação entre pesquisadora e partícipes. Contamos com 09 mulheres com deficiência, estudantes de cursos de graduação e pós-graduação de Instituições do Ensino Superior públicas. Utilizamos a plataforma virtual do Google Meet, eleita pelas partícipes. As frases recorrentes compõem os saberes locais que, em fricção com os saberes globais apontaram para os principais conceitos surgidos: 1) A fadiga de acesso existe e é vivenciada cotidianamente nas diferentes relações estabelecidas no âmbito da vivência acadêmica. 2) A rede de cuidado é constituída a partir das experiências de intimidade forçada vivenciadas no contexto acadêmico. 3) As partícipes reconhecem vivenciar, no contexto universitário, opressões pelos diferentes marcadores de identidade. Neste estudo, com a utilização da Entrevista Compreensiva, foi possível vivenciar, em diferentes momentos, a intimidade de acesso e assegurar a todas envolvidas, pesquisadora e partícipes, uma experiência acolhedora onde a ética do cuidado se contrapõe ao ambiente capacitista vivenciado por nossas companheiras no cotidiano do Ensino Superior.

Palavras-chave: Estudos Emancipatórios da Deficiência, Mulheres com Deficiência, Ensino Superior, Entrevista

O REGISTRO DE UMA CAMINHADA COLETIVA

Em um país em que a diversidade cultural e econômica é cotidianamente afrontada pelas ideologias políticas arraigadas ao colonialismo, o espaço do ensino superior se configura como campo de resistências em busca da legitimidade da diversidade epistemológica que nos engendra como homens e mulheres do sul colonizado (SANTOS, 2016). É neste espaço, público ou privado, por sua histórica autonomia, que os pensamentos pluralistas são valorizados

¹ Pós-Graduanda do Programa Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – PPGE/FAED/UEDESC- SC, rcler.beche@gmail.com;

tornando-se propositivos de diferentes formas de resistência e, por consequência, configuram-se como alvo de investidas políticas arbitrárias que visam o enfraquecimento e a desmobilização respondendo aos ataques com o fortalecimento dos princípios da ciência onde ética e comprometimento social são balizas para a produção do conhecimento.

Neste contexto as² estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas, que têm, nos últimos anos, aportado nas IES impulsionadas pela presença da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) e o Programa INCLUIR (Edital 04/2008), destinado as IES federais, ocuparam os espaços trazendo novos desafios no que tange à acessibilidade, nas suas múltiplas dimensões. O censo de 2010 apontou que 23,9 % da população recenseada, cerca de 45.606.048, são pessoas com deficiência. Estes dados, definitivamente, não descrevem uma parcela reduzida da população, como, comumente imaginamos. Esta percepção equivocada, muito provavelmente, baseia-se no fato de que estas brasileiras raramente disputam espaços no mundo do trabalho, nos concursos e nos processos seletivos para entrada no ensino superior ou, até mesmo, nas filas dos restaurantes e dos cinemas. Esta invisibilidade explicita a precariedade no que tange a acessibilidade para aquelas que se distanciam do padrão de normalidade esperada.

Esta realidade também pode ser observada nos dados do Censo da Educação Superior divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2018 quando tínhamos 43.633 estudantes com deficiência matriculadas nas IES de todo Brasil, ou seja, um número que deixa distante o ideário de equidade com a população em geral. Em Santa Catarina, neste período, tínhamos 2.628 estudantes com deficiência sendo 731 matriculadas nas IES públicas (federais, estadual e municipais) e 1.897 nas IES privadas. Estes números apontam para um grupo de estudantes que, ao acessar o ensino superior, tornou evidente as bases estruturais arcaicas e preconceituosas que tem como modelo uma estudante idealizada dentro dos padrões de normalidade e que inexistem.

Numa perspectiva histórica consideramos as pessoas com deficiência de diferentes formas e concepções, desde a certeza da incapacidade de gestão da vida a partir das marcas impressas nos corpos com lesão, passando pelo reducionismo, deste mesmo corpo, a uma vontade “maior” e alheia da manutenção do sofrimento como estratégia de salvação da alma, até a quanti qualificação deste corpo lesionado mensurado na comparação com uma normalidade desejada e vendida como produto e que, consequentemente, justifica a

² Registramos aqui que escreveremos o texto com pronomes femininos sempre que nos couber decidir o gênero desses pronomes, para externar nosso posicionamento político. Assim como, também apresentamos o nome completo das autoras citadas, de modo a identificação do sexo/gênero. Fim da nota.

marginalidade e a exclusão dessas pessoas. Somente quando as vozes dessas mulheres foram ouvidas que um novo olhar pode ser lançado ampliando a perspectiva da deficiência para o contexto, nas múltiplas nuances, e desvelando a responsabilidade do meio em que estão inseridas no acolhimento e respeito às suas especificidades corporais. Esta é a perspectiva do modelo social da deficiência que inicialmente foi proposto por homens com lesão medular, na década de 60 no Reino Unido. Questionavam o modelo médico que entende a deficiência como “tragédia pessoal” e que justifica a exclusão social a partir da inabilidade dos corpos de se adaptarem ao mundo. Foram eles, ao constituir a Upias (Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação) como “primeira organização política sobre deficiência a ser formada e gerenciada por deficientes” (Diniz, 2007, p. 14) objetivavam redefinir a deficiência numa perspectiva de opressão social, tal qual a sofrida por outros grupos minoritários, como as negras e as mulheres.

Com as abordagens pós-modernas e a presença das críticas feministas, nos anos 1990 e 2000, surge a segunda geração do modelo social. Foi com os pressupostos dos estudos de gênero e o feminismo que a opressão vivenciada pelos corpos com deficiência encontrou espelho nas lutas contra o sexismo. A partir de um olhar mais ampliado, algumas questões que eram, até então desconsideradas na vida da pessoa com deficiência, ganharam visibilidade e tornaram-se objetos de estudo. As teóricas feministas, segundo Diniz (2007, p.61) abordaram a subjetividade do corpo com lesão ampliando a discussão para além da deficiência, mas sobre o que significava viver em um corpo doente ou lesado. A maioria destas teóricas eram deficientes, tal como os teóricos da 1ª geração, tinham a “a autoridade da experiência do corpo com lesões” (Diniz, 2007, p.61), mas também incorporaram as cuidadoras que, sem deficiência, ganharam lugar de fala, dando visibilidade a grupo que, majoritariamente do gênero feminino, foi esquecido pelas teóricas até então. Estas mulheres, com base nas experiências vividas, trouxeram para a agenda de discussão a dor, a interdependência, a dependência, o cuidado e a lesão como vivências possíveis da pessoa com deficiência.

Outros avanços foram trazidos pelas teóricas da 2ª geração entre eles a inclusão de questões como o envelhecimento e as doenças crônicas como condições, mesmo que temporárias, que, aliadas a outras variáveis de desigualdade como raça, gênero, orientação sexual, condições socio-econômicas ou idade, devem ser consideradas na sua amplitude. Numa perspectiva de interseccionalidade, as pessoas com deficiência, passam a ser consideradas numa abordagem político-identitárias onde os contextos sociais são determinantes na vivência da deficiência. A partir de então, é possível abordar a distinção entre *impaired*, corpo com lesão e/ou danificado e, em contraponto, *disability*, que traduz a desvantagem de viver em uma sociedade que desrespeita a variabilidade corporal humana (Gavério, 2017, p.09). Assim, um

olhar que percebe as pessoas com deficiência baseado nesses pressupostos reconhece a ética do cuidado como princípio de justiça social e entende que também o espaço do ensino superior necessita ser acolhedor e respeitoso para todos as estudantes.

Tendo como pressuposto o Modelo Social da Deficiência, na sua 2ª geração, nos lançamos ao desenvolvimento de uma pesquisa, em nível de doutoramento, que explicitasse pela voz das mulheres com deficiência, o capacitismo vivenciado por elas neste contexto. Foram desenvolvidos três estudos interdependentes e consecutivos, sendo que os dois últimos contaram com a presença de mulheres com deficiência, estudantes de IES públicas brasileiras. Para tanto, os Estudos Emancipatórios da Deficiência, na proposição da Pesquisa Emancipatória nos conduziu a proposição teórico-metodológica compilada pela professora Márcia Moraes que explicita a diferença na forma de fazer pesquisa onde a pesquisa com base positivista é

[...] uma intervenção que se faz sobre o outro. Nesse tipo de dispositivo, mantemos com o outro uma relação no registro da docilidade, da passividade, do controle [...], a capacidade de agir está do lado do pesquisador [...]. De outro lado, um dispositivo de intervenção que se faz com o outro na medida em que é construído em articulação com aquilo que interessa ao outro (MORAES, 2010, p. 30, grifo nosso).

Desta forma, acreditamos que contemplamos os pressupostos básicos norteadores da pesquisa emancipatória:

[...] a adoção do modelo social enquanto ferramenta teórica e enquanto perspectiva crítica privilegiada através da qual se apreende a realidade das pessoas com deficiência; o desenvolvimento de uma ciência politicamente empenhada e comprometida com as lutas das pessoas com deficiência; a responsabilização do investigador face aos sujeitos da investigação – as pessoas com deficiência e as suas organizações; e, finalmente, a utilização de metodologias de investigação suficientemente adaptáveis de modo a captar a complexidade do real e a valorizar a voz das pessoas com deficiência (MARTINS et al., 2016, p. 45).

A pesquisa realizada foi aprovada pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), de acordo com o Parecer nº 34.726.485, de 21 de maio de 2021, sob o protocolo CAAE nº 43465121.1.0000.0118. Os princípios éticos recomendados pela Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, foram assegurados ao longo do processo de pesquisa.

Ressaltamos que às participantes da pesquisa foi apresentado, na forma de documento digital, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice C) e devidamente assinado por elas. O conhecimento sobre a liberdade da participação ou não na pesquisa está assegurado por este Termo e foi lembrado no início de cada entrevista. Nesses momentos foram dirimidas todas as dúvidas das participantes e, então, garantida, também, a liberdade manifestada, por meio do Termo, sobre o seu aceite de participar da pesquisa ou optar por não participar ou desistir a qualquer tempo, que evitou formalidades excessivas e que promoveu a confiança mútua. Bem como a definição da forma que gostariam de ter suas falas referendadas, optando por pseudônimos, utilização das suas iniciais ou pelo próprio nome. A maioria escolheu por utilizar seu próprio nome, em uma ação política de enfrentamento à invisibilidade imposta historicamente, outras, pseudônimos, como forma de homenagem às figuras históricas que as representam, ou simplesmente, as iniciais do seu nome. Foi também pedida a permissão para a gravação dos encontros para posterior análise.

Por respeito às questões de acessibilidade, o documento foi apresentado com recursos de vídeo com legenda e Libras, áudio e na versão escrita.

Durante os quatro anos de pesquisa um grupo de mulheres com deficiência, nominado grupo de apoio, serviu como suporte para as pesquisas realizadas. Elas participaram desde a concepção das ideias iniciais, a definição dos objetivos, metodologia e, inclusive, algumas fizeram parte dos estudos 2 e 3, tanto como COMpanheiras³, como apoiadoras no processo de condução. Há que se registrar que eu não sou mulher com deficiência e tenho como lugar de fala a maternidade de filhos com deficiência e o trabalho desenvolvido junto a uma Instituição de Ensino Superior Pública na coordenação e gerenciamento do Núcleo de Acessibilidade Educacional.

Para que todo o arcabouço teórico proposto fosse devidamente respeitado fez-se necessário buscar metodologias que coadunassem com os pressupostos emancipatórios que contrariam o modelo positivista de fazer pesquisa. Neste processo, durante o segundo estudo que foi desenvolvido utilizando Encontros Focais on line, completamente imersas nas histórias relatadas pelas COMpanheiras, percebemos que as muitas proposições metodológicas de análise dos dados eram insatisfatórias para deixar aflorar a grandeza do vivido durante os encontros e registradas nos vídeos gravados. Foi o momento em que nos deparamos com Jean-Claude Kaufmann (2013) e a Entrevista Compreensiva. Iniciamos uma imersão na proposição

³ Início da Nota: Utilizamos o termo companheiras para nominar às partícipes deste estudo, tendo somente o COM em letras maiúsculas, em analogia ao PesquisarCOM da Prof.^a Marcia Moraes. Fim da nota.

metodológica e experenciamos, já neste estudo, alguns princípios propostos baseados na escuta sensível.

A partir da apropriação mais consistente desta proposta metodológica, planejamos as entrevistas do terceiro estudo sob os pressupostos e diretrizes trazidas por Kaufmann. Realizamos o terceiro estudo com 09 COMpanheiras, buscando “fazer os fatos falarem” (KAUFMANN, 2013, p. 150).

Nessa metodologia, a partir de uma questão inicial, define-se uma “grade” de perguntas ordenadas como “guia flexível”, que se torna orientador para o diálogo em torno do tema, levando a uma “dinâmica de conversação mais rica do que a simples resposta às perguntas” (KAUFMANN, 2013, p. 74).

Assim, organizamos três blocos de perguntas que, de forma subsequente, conduziram as entrevistas. Inicialmente, propomos um breve resgate da história como estudante até a Universidade, oportunizando o conhecimento das experiências mais impactantes durante este período, bem como as estratégias utilizadas para o enfrentamento dos problemas vividos. Esse primeiro momento foi fundamental, porque as histórias contadas, mescladas de risos, de orgulho pelas conquistas e de frustrações pelo capacitismo vivenciado, serviram de dinâmica de aproximação empática, favorecendo uma crescente intimidade. Kaufmann (2013, p. 87) afirma que

Para o informante, o pesquisador ideal é um personagem surpreendente. Ele parece ser um estrangeiro, um anônimo, a quem tudo pode ser dito. [...] Paralelamente, no tempo da entrevista, ele tem que se tornar tão próximo quanto um familiar, alguém que conhecemos ou pensamos conhecer intimamente, para quem podemos dizer tudo. As confissões mais interessantes vêm da combinação exitosa entre essas duas expectativas opostas.

No segundo bloco, conversamos sobre os sentimentos iniciais, assim como as experiências vividas dentro do contexto do Ensino Superior. Aqui verificamos questões como a acessibilidade para além de materiais adaptados, abarcando as relações estabelecidas, visando entender quem são os sujeitos da rede de apoio que elas construíram.

No terceiro bloco, conhecemos as expectativas futuras com o título que estão buscando, bem como, as possíveis mudanças na percepção do espaço da Universidade, ao longo do processo como estudante com deficiência. Nesse momento, pensado como avaliativo da trajetória até então, fomos apresentadas com reflexões sobre o vivido, em que elas trouxeram a

autoria das suas histórias, com sucessos e fracassos, com tristezas e alegrias, mas todas, indistintamente, com novos (ou velhos) sonhos reafirmados.

Ao final, com cerca de 10 horas de entrevistas gravadas, passamos às etapas seguintes: assistir aos vídeos, registrar as frases/fragmentos que fossem sugestivos e compor as fichas de apontamentos. A partir daí, juntamente com inúmeras anotações livres, exercitamos a “atenção flutuante” (MICHELAT, 1975, p. 239), percebendo os silêncios, ritmos, entonações, a chamada “oralidade viva”, espaço em que as emoções falam e se expressam livremente (KAUFMANN, 2013, p. 122). Logo depois, fomos para a transcrição dos trechos eleitos, vinculando-os por aproximação das hipóteses, aqui apresentadas como conceitos em elaboração, funcionando como organização de leitura do material. Chegamos ao objeto no qual o saber local (categorias nativas) e o saber global (conceitos abstratos) são confrontados e explorados, objetivando fazer emergir as categorias implícitas, estruturantes do social (KAUFMANN, 2013). Entre frases recorrentes e contradições, finalmente os fatos falam.

Neste processo a interpretação, fundada na subjetividade do pesquisador e vinculada a um quadro de análise, configura-se o maior desafio de toda esta metodologia. Para Kaufmann,

O tratamento não consiste somente em extrair o que está nas gravações e ordená-lo. Ele toma forma de uma verdadeira investigação, aprofundada, ofensiva e imaginativa: é preciso fazer os fatos falarem, encontrar indícios, se interrogar a respeito da mínima frase. [...] A fabricação da teoria não é, portanto, apenas o objetivo final, ela representa um instrumento muito concreto de trabalho, que permite ir além do conteúdo aparente e dar volume ao objeto (KAUFMANN, 2013, p. 120).

NOVOS CAMINHOS LEVAM A NOVOS LUGARES

A metodologia que foi desenvolvida unindo a proposta da Entrevista Compreensiva de Kaufmann com a expertise do PesquisarCOM da professora Márcia Moraes nos conduziu a uma nova forma de fazer pesquisa e, conseqüentemente, à resultados inesperados. Faz-se mister considerar que, o maior desafio para as pesquisadoras que se propõem a transitar na Pesquisa Emancipatória, proposta por Martins *et al*, localiza-se na proposição de encontrar metodologias, estratégias e técnicas que possam fomentar a presença das pessoas com deficiência para além

da simples posição de sujeito da pesquisa, mas coautores, que participam ativamente desde a elaboração inicial até a divulgação dos resultados.

Todo este processo nos conduziu ao 1º Conceito: a fadiga de acesso existe e é vivenciada cotidianamente nas diferentes relações estabelecidas no âmbito da vivência acadêmica. Para Annika Konrad (2021, p. 179), a fadiga de acesso “nomeia o padrão diário da constante necessidade de ajudar os outros a participar do acesso, uma exigência tão penosa e tão implacável que, por vezes, simplesmente o acesso não vale a pena o esforço”. A autora propõe que há uma percepção de que “naturalmente” as pessoas com deficiência são aptas, e consequentemente responsáveis, para orientar as outras pessoas sobre o acesso às suas necessidades. E, segundo ela, são constantemente encorajadas a lutar pelo seu próprio acesso, desconsiderando o possível trabalho mental e emocional envolvidos.

O 2º Conceito surge das falas expressas de forma enfática: a rede de cuidado é constituída a partir das experiências de intimidade forçada, vivenciadas no contexto acadêmico. Foi Mia Mingus (2017) que cunhou o termo intimidade forçada para descrever os modos como pessoas, cujos corpos se enquadram como não-normativos, constroem e sustentam a intimidade emocional e relacionamentos, com o objetivo de garantir acesso “bom e seguro”. Para ela esse conceito também abarca a expectativa cotidiana de que, este grupo de pessoas, exponha questões íntimas, a fim de garantir a acessibilidade básica necessária para sobreviver em um contexto capacitista, incluindo, também, muito especificamente, para os corpos que necessitam ser, frequentemente, tocados na função da ajuda, a intimidade física forçada.

Assim, a urgência em assegurar o acesso ao processo educacional, no âmbito do Ensino Superior, instiga as estudantes com deficiência a, por si só, proporem soluções que mesmo, sem serem entendidas como intimidade forçada, lhes inculcem uma responsabilidade que não lhes pertence.

Chegamos, então, ao 3º conceito deste estudo: as COMpanheiras reconhecem vivenciar, no contexto universitário, opressões pelos diferentes marcadores de identidade. Sendo que, entre as COMpanheiras, algumas reconhecem como os privilégios que possuem, a partir das questões de classe social, de estrutura familiar e de IES/curso escolhidos, influenciando no sucesso da sua trajetória acadêmica.

Annika Konrad (2001) nos pontua sobre a importância de tais privilégios na obtenção do acesso

[...] as formas materiais e sociais de acesso dependem da capacidade de pessoas com deficiência em fazer os outros sentirem-se melhor sobre a deficiência, e



estas pressões estão profundamente entrelaçados com eixos de opressão e privilégio moldados pelo gênero, raça, idade, e utilização de tecnologias assistivas (KONRAD, 2021, p.186).

A ausência de empatia e a comum indiferença imposta às estudantes com deficiência configura o ambiente universitário pouco acolhedor. Para sobreviver a essas condições hostis e garantir, minimamente, o acesso, elas necessitam contar com uma rede de apoio que inclui diferentes personagens. A família, os colegas, os profissionais dos Núcleos de Acessibilidade ou órgãos afins, os professores, enfim, profissionais ou constituintes da rede particular de afinidade. Processo que traz um desgaste que, agregado às múltiplas tarefas comumente infringidas pelas tarefas acadêmicas e às variáveis interseccionais, produz um contexto suscetível às reprovações, ao fracasso e, muitas vezes, ao abandono pelas estudantes com deficiência.

Para finalizar o registro deste estudo, queremos reafirmar que, ao superar o desafio de utilizar metodologias que proponham um novo pesquisar tendo as pessoas com deficiência na coautoria, estamos consolidando novos contextos dentro da academia. Ao embasar as pesquisas que têm como foco as mulheres com deficiência estudantes do Ensino Superior, na ética do cuidado e na perspectiva do acolhimento da deficiência como política pública estamos propondo um novo espaço acadêmico onde as diferenças para além de serem atendidas nas suas especificidades, são valorizadas e celebradas. Contexto ao qual todas, indistintamente, são acolhidas e respeitadas, forjando uma realidade educacional que se contrapõe à eritocracia e ao individualismo, bases históricas da educação em nossas universidades. Tarefa que cabe a todas nós, pesquisadoras e profissionais da educação, como compromisso político no exercício da empatia e do acolhimento.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. et al. Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília-DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. Edital nº 4. Seleção de Propostas. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior. Diário Oficial [da] União, n. 84, seção 3, Brasília, DF, 5 mai. 2008, Brasília-DF, p. 39-40. Disponível em: <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=39&data=05/05/2008>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL, INEP. Relatório Técnico do Censo da Educação Superior. 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>, Acesso em 20/05/2022.

DINIZ, D. O que é deficiência. São Paulo: Coleção Primeiros Passos, Brasiliense, 2007.

GAVERIO, Marco A. (2017). Nada sobre nós, sem nossos corpos! O local do corpo deficiente nos disability studies. Revista Argumentos, Montes Claros, v.14, n.1, p. 95-117.

GAVÉRIO.M.A. Funciono, logo existo? - A deficiência como ficção. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X

KAUFMANN, Jean-Claude. A Entrevista Compreensiva: Um guia para pesquisa de campo. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes. 2013.

KONRAD, A. M. Access fatigue: The rhetorical work of disability in everyday life. College English, v. 83, n. 3, p. 179-199, 2021.

MARTINS, B.S.; FONTES, F.; HESPANHA, P.; BERG, A. Deficiência, Conhecimento e Transformação Social. Coimbra: Ed. Almedina, 2016.

MICHELAT, G. Sur L'utilisation de L'entretien non directif en sociologie. Revue Française de Sociologie, XVI-2, 1975.

MORAES, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. Rio de Janeiro: NAU, 2010.

SANTOS, B. S. As Epistemologias do Sul num Mundo Fora do Mapa. Sociologias vol.18 no.43 Porto Alegre Sept./Dec. 2016